

-> continuação		Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.	
<b>Mensuração do valor justo:</b> As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:			
<b>Ativos adquiridos</b>	<b>Técnica de avaliação</b>		
<b>Imobilizado</b>	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.		
<b>Intangível</b>	O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos de contribuição.		
<b>Estoques</b>	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.		
<b>(b) Contraprestação transferida:</b> A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.			
<b>Em milhares de reais</b>			
Caixa	480.046		
Contraprestação contingente (ii) (Nota explicativa 4(c))	14.141		
<b>Total da contraprestação transferida</b>	<b>494.187</b>		
O preço de aquisição foi calculado da seguinte forma: <i>Enterprise value</i> de R\$ 800.000, deduzido por (i) R\$ 247.955 referentes a créditos tributários de PIS e COFINS existentes em 31/12/23 e (ii) acrescido ou deduzido dos ajustes de capital de giro e endividamento na data de fechamento. A contraprestação transferida pela aquisição do controle do negócio é formada por pagamentos em caixa, os quais incluem o preço de aquisição base após os ajustes de capital de giro e endividamento líquido na data do fechamento, sendo este montante corrigido até as datas de vencimento definidas em contrato por CDI + 2% a.a. e parcela a ser paga em caixa a título de antecipação de créditos tributários a recuperar, sem quaisquer correções monetárias, no montante líquido e certo de R\$ 80.000, o qual será pago no mesmo fluxo de vencimentos previsto para o preço de aquisição. O fluxo de pagamentos previsto em contrato para a contraprestação transferida consistiu em pagamento à vista de 40% na data de fechamento e o restante em 3 parcelas anuais que correspondem em cada data de vencimento a 20% do total da contraprestação transferida. <b>(c) Contraprestação contingente:</b> Além dos valores mencionados acima, foi previsto que seria pago pela Be8 S.A. (Compradora) o valor de até R\$ 100.000 a título de adiantamento dos créditos tributários. Conforme definido contratualmente, o valor de adiantamento de créditos é devido pela Compradora aos Vendedores em conjunto do preço de aquisição, sendo os pagamentos nas mesmas datas. Todavia, na última parcela relativa ao adiantamento dos créditos tributários, sendo que esta parcela perfaz o montante de R\$ 20.000, o pagamento está condicionado à recuperação de determinado valor de créditos tributários. Desta forma, a última parcela de antecipação de créditos tributários foi considerada uma contraprestação contingente na aplicação do método de aquisição. Adicionalmente, a parcela remanescente de créditos tributários de R\$ 147.955 (ou seja, R\$ 247.955 deduzidos do adiantamento de créditos tributários de até R\$ 100.000 a ser efetuado pela Compradora), conforme previsto contratualmente, será devido pelas adquiridas aos Vendedores à medida que forem recuperados após a finalização do pagamento de antecipação dos créditos devidos pela Compradora, sendo observado o prazo de até 5 anos após a data de fechamento. Desta forma, a parcela remanescente de créditos tributários foi reconhecida na data de fechamento como um passivo no balanço das adquiridas devido aos antigos sócios, sendo este classificado no passivo não circulante. <b>(d) Custo de aquisição:</b> O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 2.225 referentes a honorários advocatícios e custos de <i>due diligence</i> . Os honorários advocatícios e os custos de <i>due diligence</i> foram registrados como "Despesas gerais e administrativas" na demonstração de resultado na controladora. <b>(e) Ágio:</b> O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:			
<b>Em milhares de reais</b>			
Contraprestação transferida (Nota explicativa 4 (b))	494.187		
Patrimônio líquido adquirido (Nota explicativa 4 (a))	249.124		
Ativos identificáveis			
Valor justo dos estoques (i)	4.108		
Valor justo do imobilizado (ii)	26.452		
Valor justo do intangível (iii)	94.488		
<b>Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)</b>	<b>120.015</b>		
<b>(i)</b> Os estoques das adquiridas na data de aquisição eram compostos por produtos acabados. Para avaliação dos estoques foram efetuados inventários e os itens foram avaliados a valor justo. O valor justo alocado aos estoques foi de R\$ 4.108 em 13/01/25. O método de mensuração do valor justo está descrito na nota explicativa 3(a). <b>(ii)</b> O ativo imobilizado das adquiridas na data da aquisição era composto majoritariamente por terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram efetuados levantamento físico dos ativos e aplicado o método comparativo direto de dados de mercado, o método de quantificação do custo e custo histórico. O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determinar o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. No método de avaliação pelo custo histórico, o valor do bem é determinado a partir da atualização monetária do seu custo de aquisição, apurado em registros contábeis e aplicando-se índices econômicos específicos, geralmente utilizados por órgãos competentes e oficiais. O valor justo alocado ao imobilizado foi de R\$ 26.452 em 13/01/25. O valor justo alocado ao imobilizado será depreciado pelo prazo da sua vida útil. <b>(iii)</b> O ativo intangível identificado, cujo valor justo pode ser mensurado com segurança pela Companhia, refere-se à carteira de clientes. A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM (" <i>Multi Period Excess Earnings Method</i> "), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foram aplicadas sobre a base de receitas uma taxa de rotatividade ( <i>churn rate</i> ), estimada com base na análise da carteira de clientes e faturamento histórico, representando uma vida útil econômica de 4,97 anos. O valor justo alocado ao relacionamento com clientes, na data de aquisição, foi de R\$ 94.488, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil. O ágio apurado no montante de R\$ 120.015 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição e ampliação da atuação da Be8 S.A. nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. O ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Adicionalmente, não foram constituídos impostos diferidos sobre os efeitos de valor justo de estoques, imobilizado e intangível devido à intenção da Administração de incorporar as adquiridas no futuro. <b>5. Base de preparação: Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração da Companhia em 22/05/26. <b>6. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Cada controlada do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento. A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:			
<b>Controlada</b>	<b>País</b>	<b>Moeda funcional</b>	
Be8 S.A.	Brasil	Real	
Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.	Brasil	Real	
ECB Aeroportos S.A.	Brasil	Real	
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	Brasil	Real	
Be8 Switzerland S.A.	Suíça	Franco suíço	
Be8 Immo S.A.	Suíça	Franco suíço	
Be8 Biodiesel S.A.	Suíça	Franco suíço	
Beeight Meena S.A.	Emirados Árabes Unidos	Dirham dos Emirados Árabes Unidos	
Omega Green S.A.	Paraguai	Guarani paraguaio	
Be8 Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Real	
Be8 Agro S.A.	Brasil	Real	
Be8 Paraguaçu S.A.	Paraguai	Dólar americano	
Agroindustrial La Paloma S.A.	Paraguai	Dólar americano	
Biosinery S.A.	Paraguai	Dólar americano	
Be8 Nova Mariândia Ltda.	Brasil	Real	
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	Brasil	Real	
Be8 Cuiabá Ltda.	Brasil	Real	
Be8 Floriano Ltda.	Brasil	Real	
<b>7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:</b> As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros e considerações razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. <b>7.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:</b> Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. <b>a. Perda (impairment) do ágio:</b> Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas ( <i>impairment</i> ) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 20). <b>b. Valor justo de derivativos:</b> O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. <b>c. Contabilização e apresentação de contingências:</b> São contabilizadas provisões de contingências passivas, quando o Grupo possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, e há provável saída de recursos para liquidar a obrigação e essa possa ser estimada de forma confiável. Para passivos contingentes possíveis de ocorrer, mas não prováveis, o Grupo divulga a existência dos mesmos, porém não efetua registro contábil de provisão. <b>d. Mensuração do valor justo:</b> Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ( <i>inputs</i> ) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: <b>Nível 1:</b> preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. <b>Nível 2:</b> <i>inputs</i> , exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). <b>Nível 3:</b> <i>inputs</i> , para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ( <i>inputs</i> não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: <b>• Nota explicativa 3 -</b> Aquisição de controladas; <b>• Nota explicativa 11 -</b> instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e			
<b>• Nota explicativa 18 -</b> propriedades para investimento. <b>e. Recuperabilidade de impostos diferidos ativos:</b> Conforme divulgado na nota explicativa 25, o Grupo possui ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. As premissas consideradas para a mensuração do lucro tributável se amparam principalmente no orçamento do Grupo para os próximos anos, juntamente aos comparativos relacionados a médias históricas de saldos ajudam a traçar a expectativa futura de lucro no que se refere à interferência da sazonalidade no resultado do Grupo. Estas premissas utilizadas na construção do orçamento para anos futuros, bem como na definição da base tributável futura tem em vista as incertezas que giram em torno dos aspectos tributários para os anos seguintes. Os preços de <i>commodities</i> comercializadas e adquiridas pelo Grupo, bem como mudanças de legislação, adoção de benefícios e incentivos fiscais podem trazer alterações relevantes na projeção. <b>8. Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: <b>•</b> Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; <b>•</b> Passivos atrelados a <i>commodities</i> (fornecedores a fixar) mensurados a valor justo; e <b>•</b> As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo. <b>9. Políticas contábeis materiais:</b> As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. <b>9.1 Base de consolidação: (i) Combinações de negócios:</b> Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um <i>input</i> e um processo substantivo que juntos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar <i>output</i> . A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. <b>(ii) Controladas:</b> A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. <b>(iii) Perda de controle:</b> Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. <b>(iv) Transações eliminadas na consolidação:</b> Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. <b>9.2 Moeda estrangeira: a. Transações e saldos:</b> As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. <b>b. Operações no exterior:</b> Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio médias do exercício. As taxas utilizadas para fins de conversão das operações do exterior em 31/12/25, foram as seguintes:			
<b>Moeda</b>	<b>País</b>	<b>Taxa de fechamento Taxa média</b>	
Guarani	Paraguai	0,0008395	0,0008039
Franco Suíço	Suíça	6,9457	6,8477
Dólar	Paraguai	5,5024	5,453
As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixa parte de sua participação em uma controlada, mas mantém o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixa apenas parte de uma associada ou <i>joint venture</i> , mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. <b>9.3 Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. <b>9.4 Instrumentos financeiros: 9.4.1 Classificação:</b> O Grupo classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (b) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (c) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. <b>9.4.2 Reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e compensação:</b> Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, e for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1) a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não haja informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. <b>9.4.3 Impairment de ativos financeiros:</b> O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. O Grupo mensura a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. <b>9.4.4 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:</b> As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício, na rubrica "(Perdas)/Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, Líquidos". O Controlada Be8 está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Controlada Be8. A moeda funcional do Grupo é principalmente o Real. As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: Real, Dólar Americano (USD), Guarani (Paraguai) e Franco Suíço (CHF). <b>9.4.5 Derivativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:</b> A política de gestão de risco da Controlada Be8 é fazer <i>hedging</i> de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas no curso normal do negócio. A Controlada Be8 utiliza contratos futuros e <i>swaps</i> para proteger seu risco cambial. Tais contratos são geralmente designados como <i>hedges</i> de fluxo de caixa. Relacionado aos <i>hedges</i> do complexo Soja (soja, favelo, óleo e seus derivados), a Controlada Be8 designa integralmente o contrato de câmbio a termo como instrumento de <i>hedge</i> . Por fim, o <i>hedge</i> de empréstimos na modalidade 4131, o Grupo designa integralmente os contratos de <i>swaps</i> como instrumento de <i>hedge</i> . A política determina que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de <i>hedge</i> . A controlada Be8 determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de <i>hedge</i> e o item objeto de <i>hedge</i> com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. O Grupo avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de <i>hedge</i> compense mudanças e se foi eficaz na com-			
pensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de <i>hedge</i> utilizando o método de variabilidade reduzida. Nessas relações de <i>hedge</i> , as principais fontes de ineficácia são: <b>•</b> Efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo e <i>swaps</i> , o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de <i>hedge</i> atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e <b>•</b> Mudanças no momento de realização das operações objeto de <i>hedge</i> . <b>9.5 Contas a receber de clientes:</b> As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo preço de transação, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para <i>impairment</i> , se necessária. A provisão para <i>impairment</i> é estabelecida quando existe uma evidência significativa de que não será possível receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas esperadas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. <b>9.6 Estoques:</b> Os estoques são mensurados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques são determinados pelo método de avaliação de estoques "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização ( <i>impairment</i> ), esta é imediatamente reconhecida no resultado. O estoque de grãos adquiridos na modalidade "a fixar", por não haver um preço definido no momento da transação, este é reconhecido a valor de mercado no período de aquisição. <b>9.7 Ativos intangíveis: a. Ágio:</b> O ágio ( <i>goodwill</i> ) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas ( <i>impairment</i> ). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por <i>impairment</i> . Perdas por <i>impairment</i> reconhecidas sobre ágio não são revertidas. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de <i>impairment</i> . A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. <b>b. Programas de computador (softwares):</b> Licenças adquiridas de programas de computador ( <i>softwares</i> ) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de <i>softwares</i> são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a <i>softwares</i> identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de <i>softwares</i> reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente quinze anos. <b>9.8 Imobilizado:</b> Os bens do imobilizado são registrados ao custo ou custo atribuído e depreciados pelo método linear ao longo da vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para <i>impairment</i> de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. O Grupo não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiram a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. As vidas úteis dos ativos imobilizados do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 19. <b>9.9 Propriedades para investimentos:</b> As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. <b>9.10 Impairment de ativos não financeiros:</b> Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma <i>pro rata</i> . Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. <b>9.11 Contas a pagar: a. Fornecedores:</b> Os saldos de fornecedores estão classificados em duas modalidades, demonstradas a seguir: <b>Preço fixo:</b> obrigação junto aos fornecedores, demonstrados ao valor original de contratação, de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos mesmos; <b>Preço a fixar:</b> obrigação junto aos fornecedores, em sua maioria cooperativas e produtores rurais, que realizaram a entrega dos produtos à Controlada Be8, contudo não definiram preço final. O preço definitivo será acordado entre as partes dentro do prazo limite do contrato, que normalmente se dá dentro do próprio ano corrente. Os saldos de fornecedores a fixar estão demonstrados pelos valores originais e ajustados a valor de mercado, mensalmente. <b>9.12 Empréstimos e financiamentos:</b> Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. <b>9.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):</b> Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for líquido e certo que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. <b>9.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:</b> As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes com êxito prováveis, ou seja, quando for provável a entrada de benefícios econômicos, são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que o Grupo espera ser provável o desembolso de fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis. <b>9.15 Tributos sobre o lucro:</b> A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos e são lançados na demonstração do resultado do exercício, exceto quando estão relacionados à combinação de negócios ou a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. <b>9.15.1 Impostos correntes:</b> A despesa com imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. São consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores, limitada a 30% do lucro real. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. <b>9.15.2 Impostos diferidos:</b> O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. <b>9.16 Reconhecimento de receita:</b> As orientações trazidas pela norma CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" requerem que as receitas sejam reconhecidas quando atenderem aos seguintes critérios: (a) o valor da receita puder ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, bem como a confirmação do crédito para a realização da transação e a transferência do controle do bem ou serviço for atendida. O Grupo reconhece a receita quando atinge sua obrigação de performance ao fornecer o produto ao cliente, em determinado momento no tempo, transferindo-lhe o controle sobre o mesmo, que ocorre geralmente quando da entrega física dos bens ou execução do serviço. No mercado interno, a receita é reconhecida por ocasião da remessa, ou entrega dos produtos, e para as vendas ao mercado externo, é reconhecida pelo efetivo embarque dos produtos. A receita na atividade de ensino compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais, no curso normal das atividades da Entidade. A receita é reconhecida de forma linear ao longo do período letivo, à medida que os serviços educacionais são efetivamente prestados aos alunos, refletindo o atendimento da obrigação de performance contratada.			
<b>continua-&gt;</b>			